

IBGE e Embrapa divergem sobre melhor ocupação para Amazônia

Márcia Régis

A depender dos mapas de solo e vegetação feitos pelo IBGE e pela Embrapa, as secretarias de estado e os pesquisadores da Amazônia vão se debater com informações contraditórias para definir as reais potencialidades econômicas da região. Os mapas de cada uma das instituições não conferem e suas recomendações são conflitantes. Enquanto o IBGE recomenda preservar o norte do Mato Grosso, a Embrapa manda plantar cacau. Enquanto a Embrapa manda preservar a Ilha do Bananal, o IBGE recomenda pecuária extensiva.

Em março deste ano, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) concluíram dois projetos de zoneamento agroecológico da região amazônica, cruciais para o estudo das potencialidades econômicas da região. Os trabalhos se apresentam sob a forma de mapas e relatórios e se propõem a direcionar estudos mais detalhados, a serem feitos em áreas menores pelos técnicos das secretarias de estado.

O vale do Rio Guaporé, em Rondônia, o Pantanal matogrossense e a Ilha de Bananal, em Goiás, por exemplo, são áreas predominantemente destinadas à preservação pela Embrapa. Mas os técnicos do IBGE afirmam que a pecuária extensiva é a melhor forma de preservar essas áreas por que lá predominam campos naturais, rico alimento para o gado. "Os animais entram nesses ecossistemas e não causam danos", afirma o geólogo Roberto Nandes Peres, o gerenciador do zoneamento elaborado pelo IBGE.

Recomendação — Todo o Oeste do Amazonas é recomendado pelo Embrapa para a preservação e extrativismo vegetal. O IBGE também recomenda essas vocações para a região, mas não descarta a prática da agricultura de ciclo curto nas várzeas, que escapam às cheias dos rios. "Conservar essas áreas seria criar um problema social grande, porque é lá que habitam os caboclos com suas lavouras de milho, arroz e feijão", diz Roberto Nandes, do IBGE.

A região correspondente ao Monte Roraima foi indicada para a agricultura pelo mapa da Embrapa. A mesma área é destinada, porém, à preservação pelo IBGE — o que realmente ocorreu em fins de junho, com a criação, por decreto do presidente José Sarney, do Parque Nacional do Monte Roraima.

No estado do Pará, o relatório do IBGE recomendou para o reflorestamento as áreas que compreendem a rodovia PA-150, ao norte de Carajás, o trecho da Rodovia Transamazônica, entre os municípios de Marabá e Altamira, e da Rodovia Santarém-Cuiabá, ao norte do rio Jamanxin. Segundo os técnicos do Instituto, essas áreas estão totalmente desmatadas e são classificadas como "áreas mortas". Já a Embrapa recomenda essa área, e quase todo o território

paraense, para a prática do extrativismo.

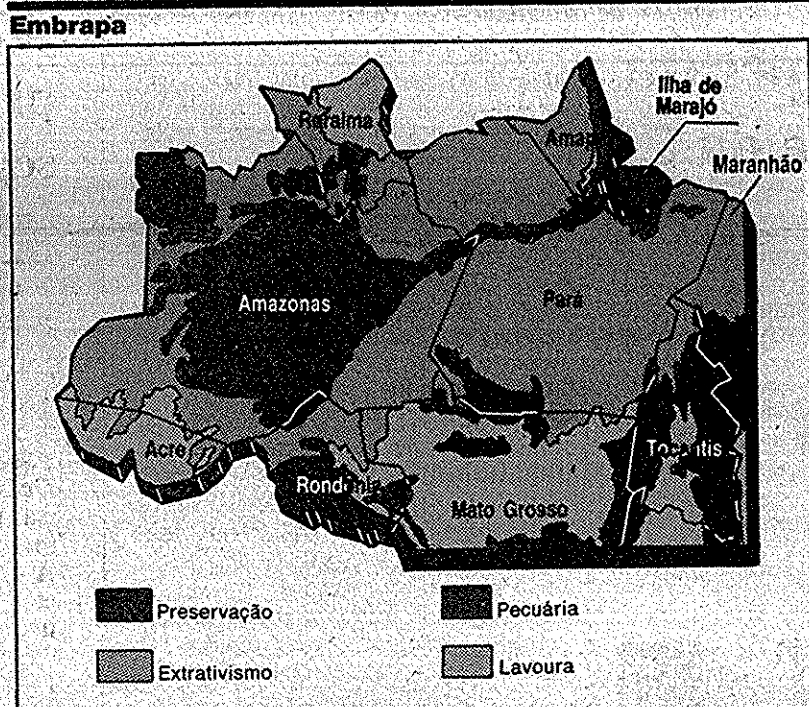
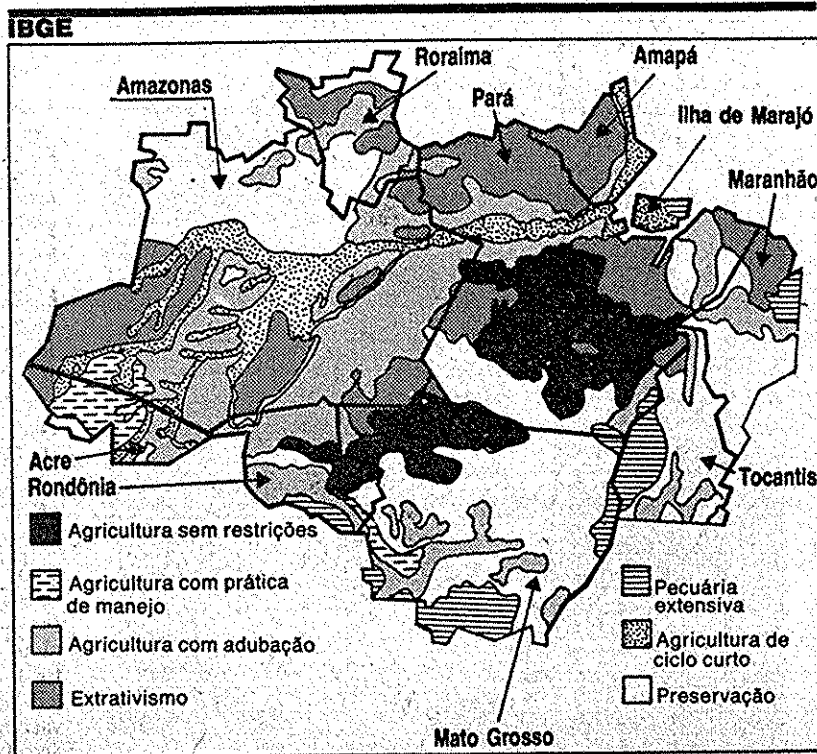
O pedólogo — especialista em solos — Jorge Olmos, integrante da equipe responsável pelo zoneamento da Embrapa — que também se estende a outras regiões do país e foi apresentado por inteiro em reportagem publicada pelo JORNAL DO BRASIL, em março — atribui as discrepâncias às escalas dos dois mapas. O mapa do IBGE foi feito na escala de 1 por 2 milhões e meio, o que significa que cada centímetro no papel corresponde a 25 quilômetros no chão. O da Embrapa foi feito na escala de 1 por 5 milhões, onde cada centímetro corresponde a 50 quilômetros.

Não é possível, porém, culpar apenas as diferenças de detalhamento dos dois mapas nas recomendações de ambos referentes ao Norte do Mato Grosso e algumas adjacências. Ali não se trata de uma localização isolada — como a do monte Roraima —, mas de uma extensa área. Enquanto o IBGE recomenda grande parte do

norte do estado de Mato Grosso para a preservação, a Embrapa destina a mesma área para a agricultura.

A equipe do IBGE afirma que essa é uma área de transição, onde existe uma mistura de vegetações de floresta e cerrado. Explica ainda que a instalação de projetos agrícolas arrasaria com o ecossistema da região, pois impediria o crescimento de novas espécies vegetais. "Trata-se de uma área de tensão ecológica", diz Roberto Nandes. O mapa da Embrapa destina a área à agricultura.

Pessoalmente, os pedólogos Jorge Olmos e Francesco Palmieri restringem as práticas agrícolas no norte de Mato Grosso ao plantio de cacau e outras culturas perenes, que possam se desenvolver bem debaixo da sombra das árvores. "É tudo uma questão de enfoque e metodologia", resumem em coro os técnicos dos dois órgãos que, pelo menos, concordaram num ponto: apontaram em seus mapas quase toda a área do estado do Acre como potencialmente boa para a agricultura.



Os mapeamentos agroecológicos do IBGE e Embrapa só concordam quanto ao aproveitamento agrícola da terra no Acre

Divergências causam grande prejuízo

Estudos de zoneamento agroecológico custam bilhões de cruzados, concordam os técnicos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). No caso dos mapeamentos feitos pelos dois órgãos, custarão ainda mais, porque apresentam análises diferentes de várias regiões.

As discordâncias geram descrédito nas secretarias de estado, que são os usuários e os responsáveis pela aplicação prática dos estudos. A falta de informações coerentes acaba induzindo-as a elaborar seus próprios estudos — que consomem mais verbas federais.

Dentro de um mês, a Secretaria de Agricultura de Mato Grosso espera concluir um mapa completo com as aptidões econômicas do estado. O zoneamento, segundo João Luiz Derkoski, assessor técnico da secretaria, é baseado num levantamento feito pela Fundação Cândido Rondon, concluído em 88.

O IBGE dedicou o Norte de Mato Grosso à conservação, enquanto a Embrapa entendeu que a região era ideal para as práticas agrícolas. No entanto, em 1985, segundo o relatório da Fundação, o Norte de Mato Grosso já respondia por 40% da área total do estado ocupada por lavouras (café, cacau, banana, guaraná e laranja) e 14% da área de pastagem plantada.

Para o Instituto, a Ilha do Bananal e o Pantanal de Mato Grosso são ideais para a pecuária extensiva, enquanto a Embrapa recomenda-os para a conservação. O relatório da Fundação diz que as microrregiões que mais concentram pastagens naturais aproveitadas são justamente o Médio Araguaia (onde fica a Ilha do Bananal) e o Pantanal, onde estão 89% dos pastos naturais do

estado — o que confere com a indicação do IBGE.

Com o apoio do Banco Mundial, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Rondônia também está preparando seu próprio zoneamento agroecológico. Segundo o secretário Manoel Messias da Silva, na região do Vale do Rio Guaporé convivem atualmente muitas reservas indígenas e poucas e pequenas propriedades de criação de gado, também dedicadas ao plantio de café. A área foi destinada à preservação pela Embrapa e para a criação extensiva de gado pelo IBGE.

O secretário diz ainda que, entre as regiões Norte e Central do estado, estão os municípios de Ariquemes, Jaru, Ouro Preto, Ji-paraná e Cacoal, que formam um grande pólo produtor de cacau. No lado Oeste do estado, as cidades de Rolim de Moura, Santa Luzia, Alta Floresta, Nova Brasilândia e Alvorada do Oeste formam um grande centro produtor de café, arroz, milho e feijão. Mas a Embrapa propõe dedicar grande parte dessa região à preservação. E o IBGE classificou seus solos como de baixa fertilidade natural, exigindo práticas agrícolas com técnicas de adubação.

De gabinete — "Esses zoneamentos foram feitos em gabinetes, sem a participação dos técnicos estaduais e por isso geram tanta confusão", diz o secretário Manoel Messias. "Os técnicos estaduais vivem os problemas de suas regiões e põem realmente a mão na massa quando fazem seus estudos."

O pedólogo Jorge Olmos, da Embrapa, ficou indignado quando tomou conhecimento das críticas de Manoel Messias. "Foi a Embrapa que desenvolveu toda a metodologia de classificação dos solos do território nacional a partir dos trabalhos de campo iniciados em 1954", disse. Olmos argumenta, para justificar as deficiências, que o órgão só dispõe de 60 técnicos para mapear todo o país, enquanto o Serviço de

Conservação de Solos dos Estados Unidos — país que tem aproximadamente a mesma área do Brasil — mantém uma equipe de 15 mil técnicos, estudando os solos do território americano desde 1930.

"O mapa de zoneamento agroecológico deles foi feito na escala de 1 por 20 mil, onde cada centímetro no papel corresponde a 200 metros no chão", admira-se Olmos. O mapa feito pela Embrapa tem um detalhamento de 1 por 5 milhões, onde cada centímetro no papel corresponde a 50 quilômetros no chão. O IBGE elaborou um mapa de zoneamento da Amazônia Legal na escala de 1 por 2 milhões e meio.

Os técnicos das duas instituições argumentam que seus mapas servem apenas para direcionar estudos mais específicos feitos pelos técnicos estaduais. "De qualquer forma, correspondem a direcionamentos duvidosos que ajudam pouco às secretarias", diz João Luiz Derkoski, de Mato Grosso. "Não podem ser considerados zoneamentos agroecológicos", acrescenta Adir Janine, uma das coordenadoras de um projeto de mapeamento do estado do Acre, que será concluído dentro de um mês pela Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac).

Ela diz que um mapa de zoneamento agroecológico só se presta quando é feito numa escala de 1 por 100 mil, onde cada centímetro no papel corresponde a um quilômetro no chão. Os mapas "direcionais" feitos pela Embrapa e pelo IBGE recomendaram a agricultura para quase todo o Acre, um estado que ainda mantém intactos cerca de 93% de suas florestas. Segundo o diretor da Funtac, Jorge Nei, o mapa da Embrapa tornou-se o principal argumento de defesa dos latifundiários do estado, contribuindo assim para acirrar os conflitos entre seringueiros e fazendeiros locais.